



Artigo original

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NAS COMUNIDADES LOCAIS: um estudo de caso da arte makonde - Cidade de Pemba, 2016-2017

Muhammed Estevão Taiar e Elsa Vicente

*Faculdade de Gestão de Turismo e Informática da Universidade Católica de Moçambique (UCM),
Moçambique*

RESUMO: Na cidade de Pemba, o património cultural representa o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais, que reconhecidos de acordo com a sua ancestralidade, importância histórica e cultural de uma região adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material. Apesar de várias mudanças e pelo impacto cultural exterior na comunidade maconde, a tradição ainda continua a prevalecer e a integrar a vida dos artistas que continuam a cumprir com os seus deveres na sociedade. O estudo tem como principal objectivo compreender como o património cultural constitui estratégia da valorização da identidade cultural das comunidades locais. O estudo é de carácter qualitativo e explicativo, para a técnica e recolha de dados usou-se observação directa, questionários por entrevistas. Os resultados completam que a busca pela preservação da identidade cultural é o objectivo de toda a política de protecção dos bens culturais. Essa política nasce de um comprometimento com a vida social, esta preservação consiste na manutenção sistemática, preventiva ou correctiva sendo esta a melhor maneira de se preservar qualquer património cultural.

Palavras-chave: Cultura, Identidade cultural, Património cultural.

PRESERVATION OF CULTURAL HERITAGE AS A STRATEGY FOR VALUING CULTURAL IDENTITY IN LOCAL COMMUNITIES: a case study of makonde art - City of Pemba, 2016-2017

ABSTRACT: In the city of Pemba, cultural heritage represents the set of all goods, popular manifestations, cults, traditions, both material and immaterial, which are recognized according to their ancestry, historical and cultural importance of a region, acquire a unique value and representative survival heard/ stuff. Despite several changes and the external cultural impact on the makonde community, tradition still prevails and integrates the lives of artists who continue to fulfill their duties in society. The study's main objective is to understand how cultural heritage constitutes a strategy for valuing the cultural identity of local communities. The study is of a qualitative and explanatory nature, for the technique and data collection used direct observation, sessions by interviews. Our results conclude that the search for the preservation of cultural identity is the objective of the entire policy of protection of cultural assets. This policy is born out of a commitment to social life, this preservation consists of systematic, preventive or corrective maintenance, which is the best way to preserve any cultural heritage.

Keywords: Culture, Cultural identity, Cultural heritage.

Correspondência para: (correspondence to:) evicente@ucm.ac.mz

INTRODUÇÃO

O termo património faz remissão à propriedade de algo que pode ser deixado de herança. Acrescentando à noção de cultura, conclui-se que é um produto da cultura o que é herdado e transmitido de geração para geração. Como a nação de cultura, no conceito de património cultural também são indissociáveis as dimensões materiais e simbólicas. A UNESCO, na declaração do México, de 1982, define o património cultural como o conjunto de “as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anónimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida” no conceito amplo de património cultural estão presentes as esferas da natureza, o meio ambiente natural onde o homem habita e transforma para sobreviver e realizar suas necessidades, o saber fazer humano, necessário para a construção da existência em toda a sua plenitude, e os chamados bens culturais propriamente ditos, que são os produtos resultantes da nação do homem na natureza.

O presente estudo foi realizado na cidade de Pemba e teve como objectivo compreender como o património cultural constitui estratégia da valorização e identidade cultural das comunidades locais. O estudo visa abordar em torno da preservação do património cultural para a valorização da identidade cultural, nas comunidades locais em Cabo Delgado. Moçambique é um país com uma diversificação cultural muito vasta, sendo o património cultural um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade é fundamental que se trabalhe para a salvaguarda da sua memória que tem sido muitas das vezes memórias de um povo para que as gerações vindouras possam usufruir. Neste contexto, para que se entenda esse conceito e sua relação com as identidades, torna-se necessário, antes de tudo, reflectir acerca do conceito de “cultura”. O senso

comum identifica cultura como o domínio de certos conhecimentos e habilidades que permitem a algumas pessoas compreender e usufruir de bens ditos superiores, como obras de arte, literatura erudita e espetáculos teatrais.

O motivo para a realização deste trabalho é pelo facto de uma parte da comunidade não valorizar os princípios culturais deixados pelos seus ancestrais, tendo como nota esta arte ultimamente não é fomentada, portanto urge a necessidade de despertar a mente da comunidade que esta prática é muito importante mediante ao intercâmbio cultural. A outra razão é pelo facto de estar relacionado com o contributo que esta investigação poderá trazer ao nível científico e social em destaque, portanto vai mostrar que o património cultural não só tem impacto turístico, mas principalmente na vertente social para a comunidade. Sendo assim, o estudo trouxe informações que poderão ser fontes de consulta para possíveis reposicionamento e redefinições de políticas de preservação ao património cultural. Contudo, o estudo revela-se importante por estar inserido no campo das ciências sociais, que trás consigo uma profunda reflexão em torno das recomendações do uso do património cultural os ganhos advindos para o benefício da comunidade.

Na província de Cabo Delgado a preservação e conservação do património cultural nas comunidades locais, concretamente olhando para a artes Makonde, nos dias atuais tem sido um problema desafiador, pois a comunidade e os fazedores de artes e esculturas tradicionais mostram-se preocupados com a falta de apoio ao desenvolvimento de competências e preservação das diferentes manifestações artísticas. Considera-se a riqueza cultural em perigo devido a falta da difusão e ensinamento aos mais novos e a demonstração do que realmente é a preservação do património cultural. Não só a comunidade tem fragilidades na preservação

do património cultural como também o governo, devido a falta de apoio na implementação do património como disciplinas nucleares nas escolas, de modo a incentivar acções de preservação da riqueza cultural e o uso sustentável do património cultural.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O património histórico-cultural, abrange todos os elementos que formam a identidade de um lugar, o que inclui não apenas o património tangível, mas também traçados urbanos, seus símbolos, os valores intangíveis e a paisagem urbana que compõem o espaço. Neste contexto, na concepção contemporânea de património histórico-cultural cabem desde as manifestações da acção humana aos elementos que constituem o espaço físico (FÉRES, 2002). Na perspectiva de Françoise Choay (2001, p.11) património histórico é a expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

Desde então podemos dizer que o património histórico-cultural, deverá evocar as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo, que as comunidades devem preservar para que as memórias possam ser mantidas de geração em geração, pois actualmente a imagem que o património histórico-cultural tem tido nas sociedades é de uma imagem congelada do passado, algo como um museu repleto de objectos antigos, que estão ali apenas para atestar uma herança colectiva. Mas o real sentido do património cultural deve ser visto como uma herança que constitui uma identidade cultural e que identifica cada uma das nações a nível mundial.

Vale apenas mencionar que no âmbito internacional, as iniciativas para a protecção do património histórico e cultural da humanidade ganharam impulso em 1931, com a Conferência Internacional de Atenas, da qual resultou a Carta de Atenas, que se constituiu no primeiro documento que dispôs de regras sobre a protecção dos bens históricos e artísticos mundiais. Nessa carta já são encontradas inclusive, recomendações de educação patrimonial. A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma acção apropriada dos poderes públicos, emite os votos de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela protecção dos testemunhos de toda a civilização (IPHAN, 2004: p.17).

Entretanto o património histórico-cultural, é toda experiência viva de grande valor dos nossos ancestrais seja ela material ou imaterial que merece todo respeito, das comunidades locais, e que estas comunidades implementem nas suas comunidades ensinamentos educativos para os mais jovens referente a conservação do património cultural, e não só mas também que se promovem actividades de sensibilização do uso racional dos monumentos e a preservação da identidade cultural de forma a manter a sua existência.

O património cultural, é o legado material e imaterial que identifica um determinado povo e o seu relacionamento com o meio ambiente, reveste-se na importância de preservar a identidade dos povos através de testemunhos concretos. É através deste testemunho que as gerações futuras encontram, essencialmente, a sua identidade. Ou seja, preservando o património cultural de uma forma sustentável

pode promover as atrações turísticas de modo a promover um desenvolvimento sustentável, permitindo que as gerações futuras possam conhecer as suas identidades sociais e cultural.

Património cultural

Segundo Souza Filho (2011), ao destacar que património cultural é formado por uma gama de elementos que compõe uma diversidade muito ampla, destaca acerca da importância de sua preservação.

O património ambiental, natural e cultural, assim é elemento fundamental da civilização e da cultura dos povos, e a ameaça de seu desaparecimento é assustadora, porque ameaça de desaparecimento a própria sociedade. Enquanto o património natural é a garantia de sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema - ar, água e alimentos - para viver, o património cultural é a garantia de sobrevivência social dos povos, porque é o produto e testemunho de sua vida. Um povo sem cultura ou dele afastado é como colmeia sem abelha rainha, um grupo sem norte, sem capacidade de escrever sua própria história e, portanto, sem condições de traçar seu próprio destino Souza Filho (2011).

Para Martins (2006), o conceito de património cultural envolve o efeito humano atrelado a um contexto, isso porque todo o espaço ocupado pelo homem pressupõe uma atuação que significa a busca de sobrevivência e bem-estar, sendo que o espaço geográfico está impresso pelo resultado da ação do homem, levando-nos a inferir que tudo que representa a impressão, seja no nível material, ou simbólico, representa uma interferência humana, que significa cultura, a qual também consiste em património cultural.

Para Rodrigues (2001), considera património cultural como um conjunto de todos os bens, materiais e imateriais que, pelo seu valor

próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a cultura de um povo. O autor acrescenta que o significado atribuído ao património se modifica segundo as circunstâncias de momento, dependendo das concepções que cada época tem a respeito do que é o património cultural, para quem serve e por que se deve conservar. Para preservar ou conservar o património será necessário entender as diferenças entre os dois termos. Pires (2001), aponta as diferenças entre preservação e conservação. Enquanto a preservação é uma intervenção legal no bem histórico, a conservação é uma intervenção mais leve, realizada diuturnamente com o propósito de afastar do bem tudo que possa prejudica-lo. Na visão de Fernandes (2009, p.20-21):

O património cultural de um povo lhe confere identidade e orientação pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à prática, à ética e à solidariedade e estimulante para o exercício da cidadania histórica. [...] Os sentimentos que o património evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Património cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo, Fernandes (2009, p.20-21).

Para Iphn (2011), património cultural é o conjunto de todos os bens, materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a cultura de um povo. A nação de património relacionada apenas aos bens culturais foi sobreposta pela concepção de património cultural que envolvem o património ambiental, uma vez que entendemos o ambiente como um produto de ação dos homens, e da cultura.

Da mesma forma, Poulot (2009, p.27) os patrimónios culturais são o conjunto de bens

que possuem valor próprio e são considerados relevantes para a identidade da cultura de um povo. Eles estão diretamente ligados a ideia de herança, “a ideia de herança: tal medida era considerada como o meio de dissipar a ignorância, aperfeiçoar as artes, além de despertar o espírito público e o amor pela pátria”.

Para Barreto (2003, p.11), o patrimônio cultural pode ser classificado como o conjunto de bens materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), não só as edificações e os monumentos históricos ou as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, tudo o que o ser humano produz, de todas as classes sociais, tanto as mais quanto as menos favorecidas.

É bem-sabido que, palavra patrimônio cultural está relacionada a um bem que pertence ao paterno, mas tão valioso que justifica sua herança. Por que alguns bens seriam considerados tão valiosos assim? Certamente porque neles está incutida a memória e a identidade de quem o deixa e de quem o herda. Desta forma ao passarem seus bens memoriais e identitários como legado a outra geração, as pessoas podem manter-se como uma representação do que as caracterizam, mantendo aberto um canal de comunicação entre elas. Neste sentido se justificaria a necessidade de sua preservação (CANANI, 2000, p.53). Desde então “o patrimônio cultural constitui uma herança histórica, deixada pelas gerações anteriores, que cabe a todos preservar para que seja transmitida às gerações vindouras” (Assunção, 2003: p.55).

Contudo, o patrimônio cultural é um conjunto de bens material e imaterial deixada pelos nossos ancestrais, onde este bem deve ser preservado pelo seu valor cultural, com a possibilidade de ser transmitida as futuras gerações, e constituir a identidade das comunidades ou de um povo, e que pode ser legado das gerações vindouras.

Para que seja preservado e valorizado pelos locais, o patrimônio cultural nas comunidades locais tem que necessariamente passar por um processo de (re)conhecimento, do que necessariamente seja o patrimônio cultural, qual a importância que este tem para a sociedade e para a história de um povo, ao posterior deve se implementar o processo de educação patrimonial para que este processo se torne possível (FARIAS, 2002: 62)

Cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial, (FARIAS, 2002: 62).

Turismo e cultura

Para o enquadramento deste estudo, será adotada uma das acessões relativas à relação entre turismo e cultura apresentadas por Asworth (1995), que preconiza a percepção do turismo intrinsecamente associada ao sentido do lugar (atmosfera, gastronomia, folclore, exotismo, etc). Trata-se de uma concepção mais abrangente, na medida em que agrega ao conceito de cultura toda espécie de manifestações e costumes, assim como reconhece as particularidades dessas expressões. A partir do exposto, ao se analisar esta relação no seu limite, é possível inferir que todo turismo é cultura, pois toda deslocação de pessoas, para um lugar distinto da sua residência, proporciona o acesso a novas experiências, encontros e conhecimentos. Não obstante a origem do turismo dissociada da cultura, nomeadamente no que concerne à prática por grupos sociais

específicos, é facto que as interações entre eles são cada vez mais claras e consistentes. Esta convergência entre turismo e cultura deve – se a culturalização da sociedade, e a culturalização das práticas turísticas, fenómeno que conjugados deram origem à cultura do turismo.

A OMT (1985), ciente do forte interacção entre turismo e cultura, propõe duas definições, uma mais ampla e outra mais restrita, sobre o turismo cultural. A mais ampla define turismo cultural como “...toda a viagem que pela sua natureza satisfaz a necessidade de diversidade, de ampliação de conhecimento, que todo o ser humano traz em si”. A mais restrita compreende a “viagem por motivos unicamente culturais ou educativos”.

Relação entre património cultural e turismo

O turismo é uma actividade multi sectorial, que para além de envolvimento comunitário para o seu desenvolvimento, precisa de paisagens naturais, e principalmente de modos de vida das comunidades circunvizinhas nas zonas onde são praticadas a actividade turística. Bem diferentes das condições pós-modernas de rearticulação e estabelecimento de “múltiplas identidades”, há de se imaginar que as actuais relações entre turismo e património cultural se estabelecem mediante conflitos e concorrências entre organizações, governos e populações quando convocados pela actividade turística a manterem estilos de vida interpretados como “autênticos” para obtenção de uma demanda supostamente interessada no contato com outras culturas e modos de vida (CANCLINI, 2013). Neste contexto podemos mencionar que o património cultural e o turismo trazem contributos para o desenvolvimento económico e social do país, também contribuem para preservação e apreciação do próprio património cultural. Com a

valorização de museus e património históricos culturais como atractivos culturais turísticos, a procura da demanda turística tem levado ao crescimento do turismo nos destinos turísticos, a busca pela cultura actual e passada, por lugares ligados as histórias locais ou aos grandes feitos da história política e social mais ampla das comunidades, vem provocando curiosidade dos visitantes em determinados destinos turísticos de modo a investigarem ou conhecerem a história cultural destes sítios (BARRETTO, 2000).

Na perspetiva de Dias (2003, p.172), diante da diversidade cultural das zonas urbanas, as cidades apresentam como importante lugar de ofertas culturais e, conseqüentemente, de atractividade turística, “o que permite a elaboração de políticas urbanas que levem em consideração turismo cultural como um valioso instrumento para a regeneração urbana em todos os aspetos”, seja relacionado ao crescimento físico e económico, à ampliação de postos de trabalho ou à criação de novos negócios para o atendimento de turistas.

Tanto quanto entendemos, a conservação do património cultural e a qualidade da oferta cultural assume maior importância para as zonas urbanas como forma de aumentar seus atractivos. A necessidade das sociedades modernas em resgatar o seu passado, coloca em evidência o patrimônio cultural de valor histórico das cidades. Principalmente os monumentos edificados, tornam-se elementos motivadores do fluxo de visitantes aos destinos urbanos (SILVA, 2006).

Contudo, podemos constatar que a força do mercado que move o turismo, tende a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performativos de práticas patrimoniais. Podemos constatar ainda que a actividade turística pode potenciar monumentos, património arquitetónico, a

gastronomia e diversas manifestações culturais que representam identidade dos povos e que conseqüentemente chamam atenção dos turistas. Por um lado, os gestores que buscam contemplar o património cultural como um eixo de desenvolvimento encontram na promoção turística voltada para a cultura uma estratégia para suportar os altos custos de recuperação e manutenção desses lugares e de suas expressões culturais. Portanto, para o turismo cultural, esses bens culturais possuem o valor de serem “objetos indispensáveis, cujo consumo constitui a base de sustentação da própria atividade turística e das comunidades locais (RODRIGUES, 2009, p.16).

Até onde sabemos, para que haja uma preservação e valorização do património cultural, para além do trabalho feito pelas comunidades de divulgarem a sua identidade de diversas maneiras, há uma necessidade do envolvimento activo do sector público e privado, dando ajuda não só na divulgação, preservação e conservação, mas principalmente uma ajuda financeira para a restauração de alguns monumentos degradados e incentivos, estimulação das comunidades locais na divulgação expansiva da cultura. Pois a parceria pública e privada constitui um elemento vital no processo de implementação de princípios do património cultural tendentes as actividades a realizar durante um período de curto ou longo prazo, perante esta questão cabe ao estado analisarem alternativas sustentáveis e viáveis para o património cultural.

Estratégias de valorização da identidade cultural

Pereiro (2003, p.5) no quadro de valorização atribuída pelas pessoas ao seu património cultural, da na conta do seguinte fenómeno: “desde a segunda guerra mundial deu-se um salto quantitativo e qualitativo na ativação do património cultural”. Com efeito, motivada por causas profundas, de tendências pesadas.

Na perspectiva de Santos (2008, p.3) entre estas a progressiva extinção das comunidades rurais (êxodo rural, pobreza, envelhecimento), o empobrecimento relativo do que resta dessas colectividades nos novos contextos (industrialização, tem-se registrado uma preocupação em salvaguardar este património e em coloca-lo longe de ideia de extinção ou de uniformização cultural. Para Pereira (2003, p.5) “este processo de ativação, que denomino patrimonialização, está intimamente associado a um esforço conservacionista de longe alcance”. Nesse sentido, é publicada em 1972, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, considerando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava” e que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam.

Entretanto, podemos ver que as estratégias de valorização da identidade cultural, são relevantes para a conservação e proteção do património mundial. Uma das formas de valorizar a identidade numa visão mais ampla é necessário desenvolver atividades recreativas e garantir uma boa gestão cultural.

Educação patrimonial como ferramenta de valorização da identidade cultural

A educação patrimonial é processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no património cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do património cultural como ponto de partida para actividade pedagógica, observando-os,

questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos (HORTA, 2003). Entretanto a educação patrimonial, no sentido mais aprofundado não deve ser uma mera instrução que envolve instrumentos educativos em que são ensinados passos para a conservação e preservação, que se faz sentir no processo de ensino, mas sim uma educação que seja mais aprofundada, em que devem constar para além de instrumentos educativos e passos de preservação e conservação, mas sim os aspectos éticos, morais e principalmente a questão de amor ao que nos pertence (património cultural).

A educação patrimonial não é somente responsabilidade das instituições de ensino ou do sector publico e privado em criar aulas cívicas e morais em matéria da preservação e

conservação do património cultural, ela é um fenómeno educativo que tem como base as nossas casas, as nossas comunidades e as nossas regiões em ensinar os nosso como preservar, para que preservar e por que preservar. Neste caminho, Farias (2002, p.62), diz que a educação patrimonial tem como responsabilidade: sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário colectivo e o património representativo da cultura, no eixo temporal e espacial.

Para Assunção (2003, p.51) a educação patrimonial procura-se estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o seu património, instigando nele, quatro atitudes:



FIGURA 1: Educação patrimonial

Os programas de educação patrimonial desenvolvidos nas comunidades devem procurar “envolver o indivíduo e a comunidade como agentes activos, na preservação sustentável e na gestão do património cultural”. Assim, é de fundamental importância que a comunidade participe de todas as etapas do processo de seu amadurecimento cultural na área da preservação de seus bens patrimoniais (ASSUNÇÃO, 2003, p.51).

Entretanto podemos considerar que a educação patrimonial é uma ferramenta que instrui os indivíduos de todas faixas etárias, crianças e adultos a despertar a mente mediante a valorização do património cultural possuído, porém permite dar a conhecer os eventos passados gerando um sentimento de identidade própria. Neste contexto, o sector público tem um papel de incentivar a comunidade local na reconstrução de suas identidades colectiva,

tomando em consideração as diferenças étnicas e regionais (FEATHERSTONE, 2001. p.94). Santos (2001, p. 54) indica que:

Os Estados-nação têm tradicionalmente desempenhado um papel algo ambíguo. Enquanto, externamente, têm sido os arautos da diversidade cultural, da autenticidade da cultura nacional, internamente têm promovido a homogeneização e a uniformidade, esmagando a rica variedade de culturas locais existentes no território nacional, através do poder da polícia, do direito, do sistema educacional ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos eles em conjunto, Santos (2001, p. 54).

Património cultural como atractivo turístico

O património e a sua preservação dependem, evidentemente, de normas de controlo de competência governamental. A actuação do governo se faz com base na legislação e na regulamentação visando promover e proteger o património cultural. A legislação acaba também definindo o património cultural. O tombamento tem sido o primeiro passo para se efetuar a salvaguarda do património, porém este acto não visa isolar o bem patrimonial, sacraliza-lo, paralisando-o. Ao contrário, o bem deve ser colocado à disposição e ser útil à comunidade local. Contudo, observamos que o turismo continua a estar entre os veículos mais importantes para as trocas culturais, proporcionando uma experiência pessoal, não só sobre aquilo que sobreviveu do passado, mas sobre como sendo uma força positiva para a conservação natural e cultural.

Neste contexto, a actividade turística pode por sua vez trazer benefícios económicos através do património e dedica-las à conservação, que pode gerar fundos, educar a comunidade e influenciar a política nacional. Podemos por assim dizer que tanto o

património cultural, quanto a actividade turística são partes essenciais de muitas economias nacionais e regionais, e que podem ser um importante factor de desenvolvimento, se forem muito bem geridos. É importante ressaltar, que o património cultural e turismo devem assumir uma forte interação que servirá de estratégia onde o turismo deve abraçar o património cultural de modo a permitir uma relação estrutural, e que a informação turística sobre o património cultural deve sempre ser de elevada qualidade de modo que os visitantes / turistas não seja defraudada, não só pelo carácter significativo do património cultural mas, mas fundamentalmente pela necessidade da sua protecção e conservação.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como propósito compreender como o património cultural constitui uma estratégia de valorização da identidade cultural nas comunidades locais, olhando especificamente para a arte makonde, por ser um dos patrimónios culturais com grande dinamismo e reconhecimento na província de Cabo Delgado. O estudo teve como técnicas a entrevista estruturada, análise documental e bibliográfica.

Neste estudo foram entrevistados cinco (5) grupos de indicadores nomeadamente, associação de artes makonde; arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Sócio Cultural; Casa Provincial da Cultura; Direcção Provincial de Cultura e Turismo; Sede do Bairro de Cariáco. Onde as entrevistas foram feitas mediante o guião de perguntas semi-estruturadas. Entretanto, Gil (2008, p. 109) afirma que a entrevista é uma forma de interação social realizada na “forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca colectar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Contudo, a entrevista é o diálogo entre duas pessoas que consiste na recolha de

informações oralmente ou por escrito, onde o pesquisador articula questões aos entrevistados em relação as suas opiniões.

Olhando para a natureza da pesquisa, foi feita uma seleção de 13 participantes, consoante amostragem não piobalística suportada pela amostragem por conveniência ou acessibilidade aos funcionários da função pública e privada que atuam na área da cultura. Onde os pesquisadores dirigiram-se as instituições para marcar as datas e a hora das entrevistas segundo a disponibilidade dos participantes. a escolha destes participantes deve se pelo facto de serem os que tem um conhecimento mais profundo para com o assunto e por se enquadrarem na área de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características do património cultural nas comunidades locais

As entrevistas realizadas forneceram dados relevantes sobre a preservação e conservação do património cultural para a valorização da identidade cultural. Neste contexto, quando inquirido o técnico da Casa Provincial da Cultura, sobre como tem sido caracterizado o património cultural nas comunidades locais com enfoque a arte makonde, este afirmou:

O património cultural se caracteriza por monumentos, recursos naturais, lendas, gastronomias, artesanatos usos de costumes da região rituais e tatuagens medicina tradicional folclore e danças. Estes patrimónios representam a história do nosso povo, desde os tempos passados ate nos dias de hoje.

Compreendemos que uma resposta a estas indagações se estrutura em torno das características intrínsecas do património, relacionadas, por exemplo, com sua carga simbólica, seus atributos de beleza ou singularidade, e a genialidade de sua expressão. Diante disso, nos deparamos com o fato de que existem vários tipos de

patrimónios, que por suas próprias características, seriam mais adequados na sua conversão/transfiguração em atractivos turísticos (PRATS,1998 & BERTONCELLO, 2008).

Os artesãos afirmaram que o património cultural engloba recursos materiais e imateriais: “língua, conhecimentos, artesanato gastronomia, tatuagens, ritos de iniciação, indumentária” que compõe o testemunho vivo e legado histórico de um povo.

Na perspectiva de Santos (2012) acreditamos que a noção de património relacionada apenas aos bens culturais foi sobreposta pela concepção de património cultural que envolve o património natural, na medida em que entendemos a natureza como um produto da acção dos homens, portanto, da cultura, ou, estamos falando da natureza artificial, cada vez mais tonificada.

Como a identidade cultural manifesta se em uma comunidade

(...) A identidade cultural manifesta se numa comunidade quando existe um reconhecimento que uma comunidade presta aos seus bens materiais e culturais e ao modo como essa comunidade age sobre esses testemunhos do passado devem ser ensinados aos mais novos que são linhas para preservação da identidade cultural. (...) O chefe do bairro afirmou que a identidade se manifesta numa comunidade através de festivais culturais envolvendo a dança, artesanato e gastronomia. (...) O representante da comunidade afirmou que a identidade se manifesta através de programas culturais nas comunidades e colocando a ideia na madeira que retrata a vida da comunidade no geral como é o caso da arte.

Na perspetiva de Peixoto (2004, p. 183) há dois caminhos para a efetividade da associação património/identidade:

- reconhecer que a democratização patrimonial é um mito da sociedade moderna ocidental e não passa pela ação institucional; e

- manter a acção institucional e abri-la para a sociedade. Isso requer dar transparência às formas políticas de activação patrimonial, de modo a orientar os processos de patrimonialização e salvaguarda de bens culturais para que os sujeitos atuantes nesses processos estejam claramente identificados; em considerar a dimensão social e intangível dos elementos; os múltiplos valores que eles detêm (entre eles, os valores de existência e de opção); os efeitos sociais substanciais ao processo de patrimonialização e/ou de desaparecimento de tais bens; a articulação das políticas de ativação do património com as demais políticas públicas (ambiental, económica, social) para viabilizar a conservação. Nessa perspectiva está também a ampliação de usos do património, uma condição para a identificação e a participação social na proteção do bem.

Hall (2006, p. 109), afirma que essas identidades são construídas dentro e não fora do discurso. Precisa-se compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

Contribuição do património cultural para a valorização da identidade cultural Makonde

(...) O representante da casa provincial da cultura afirmou que, o turismo contribui na valorização do património e da identidade cultural através das visitas nos locais de grande interesse histórico onde a receita

colectada pode servir para a restauração dos patrimónios culturais. (...) O chefe do bairro da comunidade makonde, afirmou que, o património cultural pode contribuir para a valorização da identidade cultural através no momento em aparecem turistas de vários pontos que querem ver de perto os atracões que o destino oferece, na apreciação da gastronomia e compra de objectos de artesanato que levam para o seu ponto de origem. (...) As comunidades afirmaram que, o património cultural pode contribuir para a valorização da identidade cultural através da compra da bem patrimonial e visita nas comunidades existe um movimento extensivo dos turistas e mostram interesses em visitar locais de históricos.

Carvalho (2003) ao valorizar as singularidades históricas e culturais da localidade, através da educação, através do resgate de memórias que potencializam o sentimento pertencimento, os representantes locais podem produzir princípios impulsionadores de geração de trabalho e renda desde localidade e, ao mesmo tempo, o património cultural local passa a ser reconhecido como elemento estruturante da identidade própria e local. Em consequência, o património cultural passa a ser visto como um dos recursos essenciais para a afirmação dos valores culturais e ambientais no quadro renovado das teorias de desenvolvimento.

Para que haja uma preservação do património cultural de modo a atingirmos a identidade cultural, é importante que se ensine a camada juvenil as artes macondes, e outras artes referente a outras etnias, pois a preservação e valorização de estas artes são essenciais para a memória de um destino e de uma comunidade. Podemos ver a escultura makonde que é um património muito valioso e que a nível da cidade de Pemba é praticada e vendida por muitos artistas. Nos dias de hoje a arte makonde vendida e promovida ao longo da cidade de Pemba não

apresenta uma diversificação, muito menos uma diferenciação entre associações que as praticam, devido a falta de formação por parte dos escultores ou artistas. Por isso é fundamental que o governo aposte em escolas de artes visuais para todas as capitais de Moçambique de modo a resgatar aquilo que está em perigo de ser perdido. Há uma necessidade de se usar estratégias de políticas que visam em acções concretas de tendentes a preservação das artes e da identidade cultural na cidade de Pemba. Também criar espaços abertos ao público semanalmente ondem possam ser exibidas as danças e músicas tradicionais e principalmente as esculturas tradicionais, como forma de deixar viva aquilo que são os nossos patrimónios culturais materiais e imateriais locais.

Peralta & Anico (2006), património cultural se constitui como identidade por suas variadas relações com a sociedade. Sua colectividade está na construção homogénea da identidade social e cultural e, pela concretização perante o grupo.

CONCLUSÃO

A busca pela preservação da identidade cultural é o objectivo de toda a política de proteção dos bens culturais. Essa política nasce de um comprometimento com a vida social, esta preservação consiste na manutenção sistemática, preventiva ou correctiva sendo esta a melhor maneira de se preservar qualquer património cultural. A comunidade local é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais, o património cultural pertence a comunidade que produz os seus bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção senão no interesse da própria comunidade local, a qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania.

Entretanto, podemos considerar que a preservação do património cultural necessita

também da intervenção das pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação, em parceria com a comunidade local. Neste contexto, não se pode deixar toda a responsabilidade nas mãos do governo e o sector privado, também é responsabilidade das comunidades locais em todas as actividades envolvendo a preservação e conservação do património cultural. A nível da cidade de Pemba, muitos patrimónios culturais necessitam da sua manutenção, pois pode se usar a cultura local como a MaKonde e artes diversificadas para promover-las através de eventos culturais como exposições para as comunidades locais e visitantes, também pode se promover a educação cultural nas escolas a nível da cidade como medida para a valorização dos bens culturais, criar-se estratégias de definição de políticas do uso racional desses patrimónios.

Podemos também incentivar a melhoria da participação do governo na implementação das políticas patrimoniais a nível local e até mesmo nacional para criar aplicação ou elaboração de taxas para manutenção dos monumentos e dos patrimónios culturais, devemos também incentivar a comunidade local a criar eventos e participar destes mesmos eventos como forma de promover o interesse das mesmas em relação ao património cultural de sua comunidade, e não só a comunidade mas também estimular a participação dos operadores turísticos na promoção de eventos culturais nos seus estabelecimentos de acomodação e principalmente a implementação de projectos que envolvem a divulgação da cultura.

Os artistas culturais, concretamente aos ligados a artes makondes, demonstram uma insatisfação referente a falta de apoio ao desenvolvimento de competências e preservação das diferentes manifestações artísticas, contudo podemos dizer que a riqueza cultural está em perigo, pois a política de apoio por parte do governo não é sentida e há fraca promoção no processo de

implementação de instituições de ensino profissional para aperfeiçoar e orientar as técnicas.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, P. O Patrimônio. Edições Loyola, AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade / Marc Augé, tradução de Maria Lúcia Pereira - Campinas, SP: Papirus, Disponível em: < em 03/06/2011].
- BARRETO, M. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. 4ed.Campinas Papirus, 2003
- BARRETO, M. **Turismo e Legado Cultural**. 3ed.Campinas –SP: Papirus, 2002. Cultura e Turismo.Campinas-SP: Papirus,2007
- BERTONCELLO, R. Turismo, Cultura y Patrimônio. La Ciudad-Colonia San José (Entre Rios). In: Bertoncello, R. (Org). **Turismo y Geografía**: Lugares y Patrimônio Natural-Cultural de la Argentina. Buenos Aires: Ciccus, 2008.
- CANCLINI, N. G. Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ,2013
- DIETVORST, A. G. J., & ASHWORTH, G.J. **Tourism transformations: An introduction**. In G. J. Ashworth, & A. G. J. DIETVORST (Eds.), *Tourism and spatial transformations* (pp. 1-11). Wallingford: CAB International, 1995
- DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERES J.R., **"Political Philosophy, Ethnology, and Time: A Study of the Notion of Historical Handicap"**. *Kriterion*, n. 2002
- FARIAS, E.K.V.A, **Construção de atrativos como a comunidade**. In. MURTA, S.M;
- ALBANO, C. (org). *Intrepretar o Patrimônio : Um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. Ufm: Territorio Brasilis,2002 2002.
- FETHERSTONE, M. *Culturas Globais e Culturas Locais*. Oleiras: Celta Editora, 2001.
- HORTA, M. L.; Grunberg, E. & Monteiro, A. Q. **Guia Básica de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003.
- MARTINS, C. *Patrimônio Cultural e Identidade: Significado e Sentido do Lugar Turístico*. In: **Patrimônio Cultural: Da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: ROCA, 2006.
- PIRES, M.J. **Preservar e consumir**: o patrimônio histórico e o turismo. Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001.
- RODRIGUES, M. *Preservar e Consumir: O Patrimônio Histórico e o Turismo*. In: Funari, P. P. & PINSKY, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- RODRIGUES, M. **De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo**, n.24, p.195-203, 1996.
- SILVA, F. I C. & SOUZA, E. D. *Informação e Formação da Identidade Cultural: O Acesso à Informação na Literatura de Cordel*. *Informação & Sociedade*, v.16, n.1, p.215-222, jan./jun. 2006.
- SANTOS, L. *As Identidades Culturais: Proposições Conceituais e Teóricas*. *Revista Rascunhos Culturais*. Coxim/MS. v. 2, n. 4, P. 141-157, 2012.
- SILVA, A. P. da. *O Turismo nos Sítios Históricos Urbanos: O Patrimônio Para Além dos Monumentos*. In: Barretto, M. **Turismo, cultura e sociedade**. Caxias do Sul: EDUS, 2006.